



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se presença de todos os vereadores. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Especial do dia cinco de novembro e a Ata da Reunião Ordinária do dia onze de novembro de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura do ofício, sem número e data, enviado pelo Senhor Presidente aos vereadores e demais interessados. Informando que, tendo em vista a nota pública emitida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, cancela a pedido do autor, vereador Alessandro Luiz Bonifácio, a audiência pública com o objetivo de debater as atividades da Escola Municipal Ana Nascimento. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.489/2014, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual de receberem o boleto de pagamento de IPTU confeccionado em Linguagem Braille”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira



como Relatora da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 2) Projeto de Lei nº 1.490/2014, autoria do Poder Executivo, que “Majora o valor que menciona, complementando aquele disposto na Lei Municipal nº 2.391, de 12/12/2013, que dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “Senhor Presidente, enquanto líder do prefeito, ele pede que seja em regime de urgência, mas acho que a gente deve ter uma cautela porque não consta aqui, na relação que foi enviada da prefeitura, a subvenção que foi votada para esta entidade, Artes das Gerais, acho que ficou faltando este documento. Eu já procurei aqui e está faltando esse documento. Então, eu acho que é prudente o Senhor mandar para a Comissão de Legislação e Justiça porque, enquanto isso, a gente busca a documentação que está faltando”. O Senhor Presidente afirmou: “mas é natural ele ser encaminhado para a Comissão de Legislação e Justiça”. O vereador Leci Alves Campos falou: “com relação a esse projeto explicado pela vereadora Ângela Lima, eu lembro que à época que foi aprovada essa lei, que é a Lei de Subvenções, nós havíamos questionado o nome das entidades que receberiam as subvenções. Então, eles mandaram uma lista que, inclusive, ela veio como anexo e esse anexo vai fazer falta para a Comissão de Legislação e Justiça, para eles terem conhecimento de quanto já foi liberado para essa entidade e, pelo que eu li aqui, está aumentando sessenta mil. Então, eu acho que tem que verificar, inclusive, o plano de trabalho para saber se o valor é a soma do que recebeu mais o que quer receber. Estamos, praticamente, a quarenta dias de terminar o ano e é um período muito curto



para aplicar o recurso. Então, a Comissão de Legislação e Justiça tem que ficar atenta para isso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, eu gostaria também de solicitar da líder do governo que buscasse informações com relação a isso. E aí, vereadora Ângela, a minha preocupação é com as outras entidades. Eu acredito que a maioria dos vereadores aqui fizeram emendas, pediram subvenção para entidades, para associações que não foram contempladas. Então, nós tivemos já algumas entidades do município que receberam toda a subvenção que estava no plano de trabalho e que pediram mais subvenção. É o caso aqui. Eu conheço o trabalho do Artes das Ruas, não estou aqui fazendo juízo de valor com relação ao que o Artes das Ruas fez ou deixou de fazer. Gostaria, sim, de ver o plano de trabalho do Artes das Ruas, de ver como está o plano de trabalho deles, a execução e, principalmente, a prestação de contas do Artes das Ruas com relação ao que já foi subvencionado para eles. E eu vou dar um exemplo, vereadora, nós temos uma entidade que faz fraldas geriátricas, e essa entidade está no plano de trabalho para fazer subvenção para ela, que é Sara Couto. Eles, infelizmente, não receberam um centavo. Uma entidade séria, uma entidade que a gente tem que ficar trabalhando pela rua a fora, vendendo rifa, vendendo show de prêmios, um punhado de coisas para fazer a entidade atender à comunidade. Com todo o respeito que eu tenho ao Artes das Ruas porque eu acredito que a população precisa, sim, desse tipo de trabalho, mas tem gente precisando mais. Então, eu quero ver esse plano de trabalho”. O Senhor Presidente informou: “este projeto não está em discussão, ele está só entrando na Casa”.

3) Projeto de Decreto Legislativo nº 297/2014, autoria da Mesa Diretora, que “Aprova as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2012”. Encaminhado à



Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer. O Senhor Presidente comunicou: “vocês vão ver que não tem o projeto na pauta porque acabou que o vereador chegou para assinar logo em seguida e vou ler o parecer”. Prosseguindo, solicitou a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.488/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a promover a doação onerosa dos imóveis públicos aos permissionários de bens imóveis que menciona e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Presidente disse: “esse projeto veio com medida de urgência, como eu desmembrei as Comissões na semana passada, a de Serviços Públicos e a de Legislação e Justiça, o nosso Secretário acabou de ler. Vou encaminhar para a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Quem é o presidente da Comissão? Estou só lembrando à Sua Excelência que pelo Regimento, artigo 130, será de três dias, mas eu vou esperar até segunda-feira a devolução para a Secretaria para entrar na reunião da próxima terça-feira. Está disponível para a Comissão”. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou: “Senhor Presidente, pela ordem, tem a ver especificamente com esse projeto”. O Senhor Presidente respondeu: “qual projeto, vereador? Ele não está em discussão ainda não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “pois é, Senhor Presidente, mas a minha fala tem a ver com o projeto, o Senhor me permite?”. O Senhor Presidente falou: “vou permitir porque a Sua Excelência é um vereador. Eu vou permitir, mas ele não está em discussão. Se nós abirmos discussão aqui... Ele deve entrar em discussão na semana que vem. É até prazo para os empreendedores que estão discutindo com a Câmara,



conversando com a Câmara, pensarem direitinho, mas pode falar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “eu vou fazer a minha fala porque a gente ainda tem uma Comissão que vai avaliar esse projeto. E me preocupa muito, não a mensagem do prefeito, eu acho que o prefeito está no papel dele, ele fez um acordo com o Ministério Público, ele está mandando para a Câmara dentro daquilo que ele combinou e que foi acordado lá com a Junta do Ministério Público, salvo engano, não sei se esse é o nome mais correto. Mas me preocupa o que foi vinculado e como esse processo tem sido tratado na mídia, como se tivesse sido pelo governo anterior feito um erro muito enorme, tenha sido um erro assim que vá trazer qualquer tipo de prejuízo para o município. E dentro dessa linha de raciocínio, vereador André Vieira, gostaria que o senhor prestasse atenção porque dentro dessa linha de raciocínio, eu faço aqui um desafio e proponho à Câmara Municipal, e aí eu acho que isso aqui é uma proposta, é lógico que tudo aqui tem que ser analisado, que a Câmara faça uma avaliação nessas empresas que receberam esses terrenos em permissão de uso, vá lá nas empresas e olhe se tem alguma irregularidade, olhe se a empresa está deixando de funcionar, se ela está deixando de gerar emprego, se ela está deixando de gerar renda para o município. Porque quando coloca da forma como foi colocada, parece que o governo anterior, que eu fiz parte dele e que eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico, parece que ele fez uma coisa extremamente errada. E eu acho que são os dados desse trabalho, dessa política pública que foi desenvolvida lá atrás é que a gente vem colhendo hoje. A Firjan soltou uma notícia tem pouco tempo, Nova Lima é uma das cidades com melhor qualidade de vida da região metropolitana de Belo Horizonte, a trigésima terceira do



Brasil, entre as trinta e três, Nova Lima está na ponta. E eu tenho certeza que foi por causa dessas políticas públicas que a gente tem esse resultado. Foram políticas públicas que foram capazes de trazer para o município empresas que geraram emprego, que geram rendas e que são empresas sérias que estão no município. A gente não trouxe empresa nenhuma para se apropriar do que é do município, vender depois, e sair com o dinheiro no bolso não. Eu penso que a Comissão que vai fazer a avaliação agora, é a Comissão de Finanças e Tomada de Contas, tem que levar em consideração essas questões que a gente está colocando”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.477/2014, que “Dispõe sobre a execução de auditoria independente em cada processo de reajuste ou revisão das tarifas de transporte público coletivo urbano no município de Nova Lima, bem como a publicidade dos dados e elementos utilizados no processo”. Em segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.483/2014, que “Dispõe sobre a autorização para realização de convênios com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para a cessão de servidores municipais, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por dez votos. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora envie Moção de Aplausos à Sra. Ana Lúcia da Silva, da Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial. Aprovado, dez votos. 2) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie Moção de Aplausos à Equipe do Xerém, em nome do Presidente Leo Sky, pela conquista do 1º lugar – Campeão – Série Bronze do



Campeonato Nova-limense de Futsal 2014, Técnico Lucas Climaco. Aprovado, dez votos. 3) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora envie Moção de Aplausos à Dra. Andressa de Oliveira Lanchotti da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima. Aprovado, dez votos. 4) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie Moção de Aplausos ao São Caetano Futebol Clube, em nome do Técnico/Presidente Marcos Antônio, pelas conquistas no Campeonato Nova-limense de Futsal 2014, nas categorias: Campeão – Adulto; Campeão Sub 15 Série Prata; Vice-Campeão Feminino. Aprovado, dez votos. 5) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal os serviços de capina, limpeza e manutenção na Rua Ludovico Barbosa no Bairro Vila Industrial. Aprovado, dez votos. 6) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie Moção de Aplausos ao Projeto Oficial Criança – POC, na pessoa do seu Presidente Rogério Veloso, pelas conquistas no Campeonato de Futsal Nova-limense 2014, nas categorias: Sub 7 – Campeão – Técnico Adiler; Sub 9 – Campeão – Técnicos Adriano e Alison; Sub 11 – Campeão – Técnicos Daniel e Hélcio; Sub 13 – Campeão – Técnicos Emerson e Aílton; Sub 15 – Vice-Campeão – Técnicos Maurício e Jamir. Aprovado, dez votos. 7) Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer ao Prefeito Municipal que implante quebra-molas à Rua Uberlândia, em frente ao nº 80, na Fazenda do Benito. Aprovado, dez votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs requerimento verbal: “é uma Moção de Aplausos ao Planalto Futebol Clube por ser Vice-Campeão no Campeonato de Futebol Amador Série A 2014 e um exemplo em Nova Lima, como eu já tinha falado. O Planalto Futebol Clube, setenta por cento dos



jogadores são da comunidade dos Bairros Cruzeiro e Barra do Céu. É um exemplo para Nova Lima, que fica a maioria dos times de futebol amador de Nova Lima trazendo jogadores de fora e o Planalto deu exemplo em Nova Lima de ser a maioria dos jogadores de Nova Lima e do Bairro Cruzeiro. A minha Moção de Aplausos é para o Planalto e para seu Técnico/Presidente Adnan Soares”. Aprovado, dez votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “eu gostaria de solicitar ao Plenário que aprovasse o meu requerimento no sentido de encaminharmos uma Moção de Aplausos aos membros do Conselho Tutelar de Nova Lima por data do Dia do Conselheiro Tutelar, que é o dia dezoito de novembro. Minha justificativa é simples, o Conselho Tutelar desenvolve, não só no município de Nova Lima como no país afora, um trabalho que é primordial na defesa dos direitos, no acompanhamento dos menores. A gente faz este requerimento no sentido de solicitar que seja encaminhada esta Moção de Aplausos para os membros do Conselho Tutelar. Dentro ainda, Senhor Presidente, só como comentário e, mais uma vez, chamando a atenção para a nossa líder de governo e acompanhando meio que na linha do que o nosso vereador Leci Alves Campos vem desenvolvendo, no sentido de criar a lei e de acompanhar se a lei está sendo cumprida ou não. Nós temos a Lei 2.393, do dia trinta de dezembro de 2013, que dispõe sobre a implantação da ficha de notificação compulsória de maus tratos contra crianças e adolescentes no município de Nova Lima, não é uma lei que está sendo cumprida no município. Infelizmente, a gente tem feito reuniões com os conselheiros tutelares e a reclamação deles é geral. Que nem a escola... Aliás, eles elogiaram muito a questão da Secretaria de Educação, mas ainda não está sendo cumprido, mas, especificamente, o



hospital e os postos de saúde, eles não emitem essa ficha de notificação compulsória, isso trás um prejuízo muito grande porque fica difícil de fazer o acompanhamento dos casos de maus tratos a crianças e adolescentes do município de Nova Lima. Então, eu venho solicitar à nossa atuante vereadora e líder do governo que faça essa cobrança do prefeito. Essa ficha de notificação compulsória ficou muito tempo sendo discutida, a gente conseguiu aprovar a lei na Câmara e, infelizmente, ela não está sendo cumprida. Esse é o meu requerimento, só uma Moção de Aplausos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “a respeito desse tema, eu estava analisando, inclusive, até com a intenção de criar também uma lei. Descobri que já existia na Casa, inclusive uma lei semelhante à do vereador Fausto Niquini, que também obriga os hospitais a notificarem em caso de entrada com alcoolizado ou com uso de drogas. Porque eu estava analisando isso? Justamente por causa dessa preocupação, vereador Silvânio Aguiar, existe a lei, mas ela não é cumprida, ela é tratada com desleixo, o que de praxe acontece nesse município. Haja vista aquelas tendas que tem ali no Espaço Cultural, que estão lá há mais de um mês e existe uma lei, inclusive, eu peço até que o prefeito tome providências porque é passível de multa. Quando eu criei essa lei, obrigando a desobstruir no prazo de quarenta e oito horas as vias públicas, os espaços públicos, a gente teve o cuidado de colocar uma multa para que se não se cumprisse, então a empresa responsável fosse penalizada. Quando eu fui ver, o senhor já tinha uma lei semelhante, vereador Fausto, então, no caso, a minha lei estava também pedindo para que se colocasse uma multa. Eu acho que é o caso de fazer uma emenda, tanto para a lei que o senhor criou como para a lei que o vereador Fausto Niquini criou, colocando uma



multa para que o hospital ou a instituição fiquem responsáveis por notificar o Conselho Tutelar porque, realmente, é uma causa muito grave e não adianta a gente ter cuidado com as crianças, se quem está recebendo elas, se quem está ali em contato direto não está notificando o Conselho Tutelar. Então, o senhor está de parabéns pela reivindicação do senhor e a minha sugestão fica aí para que a gente verifique a possibilidade de colocar uma emenda, tanto na lei do senhor como na lei do vereador Fausto Niquini”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “eu quero só dizer que concordo e eu acredito que essa questão de fazer uma emenda à lei é uma coisa que nós podemos, tanto eu quanto o Fausto, a gente fazer isso para o futuro. Me preocupa muito, vereador, eu converso muito com os conselheiros tutelares, a gente tem uma relação muito boa, e me preocupa muito saber que uma criança, por exemplo, dá entrada em um hospital e que o Conselho Tutelar, infelizmente, não é notificado e por falta do cumprimento de uma lei que existe, que está em vigor, podia estar valendo e, quem sabe, tirando problemas com relação à integridade das crianças e dos adolescentes da nossa cidade. Muito obrigado pela fala”. Requerimento aprovado por dez votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “vou fazer um requerimento com relação a esse episódio dos terrenos que está trazendo tantos transtornos aqui para os empresários, para os vereadores e para algumas pessoas da prefeitura também. Eu quero pedir que a Câmara Municipal, através do seu Jurídico, me mostre aonde que o vereador não pode fazer uma emenda sobre esses terrenos. Estão dizendo aí que se o vereador apresentar uma emenda, que ele poderá perder o terreno? Então, eu fico assim... Isso é um direito do vereador, eu já entrei com três emendas, apesar de que o projeto vai para a



nossa Comissão a partir de hoje. A minha primeira emenda é que passe de vinte e quatro para sessenta prestações, vou explicar por que. Porque eu conheço Nova Lima num todo, eu sei que existem proprietários nessas áreas que podem pagar à vista, e sei também que tem empresário que sessenta meses, ele vai ter que trabalhar, correr atrás para pagar, que a sua empresa sacrificasse, pessoas que têm pequenos negócios. E a outra emenda desse vereador é que quando o titular morrer, falecer, que os herdeiros poderão vender a propriedade que foi construída no devido terreno. Então, é isso, tem outra que eu não estou recordando e estou pensando em outras também. Isso aí é um direito sagrado do vereador, se o vereador não precisar apresentar emendas na Casa, pode fechar as portas amanhã”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “ainda a respeito desse assunto, muito se falou essa semana e a gente ouviu muita conversa, inclusive envolvendo o nosso nome, como se nós estivéssemos a favor ou contra em relação a este projeto. O que eu entendo é que o projeto chegou na Casa e eu não tinha conhecimento como ainda não tenho. Fiz questão de aguardar chegar na minha comissão, vou estar analisando o projeto essa semana, analisando dentro da perspectiva que é o papel do legislador. Quando o projeto chega do Executivo a gente tem que analisar e avaliar bem para que a gente tome a decisão sem que o município fique prejudicado. O que me chamou a atenção em relação a esse projeto e que me fez até não concordar com a dispensa de interstícios e pareceres é que essa semana, sexta-feira, saiu no site G1 que Nova Lima, no mês de outubro, entre todas as cidades do Brasil, ela foi a cidade que mais demitiu. Eu não estou falando da prefeitura, eu estou falando a cidade como um todo, ela foi a cidade que mais demitiu no Brasil. E quando nós vamos para o



número, isso não é porcentagem, passa dos cinco mil. E, segundo as informações do site, são dados do Ministério do Trabalho. Então, quando cai nesta Casa um projeto de lei que envolve não um, não dois, mas uma gama de empresários que estão investindo na cidade, então, no meu ponto de vista, uma vez que a economia da cidade está abalada, a gente percebe, a gente tem ouvido falar muito a respeito dos problemas da prefeitura, estamos acompanhando, estamos fiscalizando. E aí, a gente toma conhecimento de que vai além da prefeitura, é o município num todo. Então, nada mais justo que esta Casa tomar a posição dela, que é a de fazer a análise correta para depois o projeto ser votado com a consciência tranquila. Em momento algum nós estamos contra ou a favor do projeto. Em momento algum eu, particularmente, estou questionando a atitude da Promotora, muito pelo contrário, eu até a parabenizo porque a gente entende que tem o cuidado com o município, ela está querendo o melhor para o município. Em momento algum, em relação a esse projeto, me posicionei contra a atitude do Executivo, do prefeito, que eu entendo que também está não só querendo, ele está tendo que resolver um problema, uma vez que ele assinou um termo de ajustamento de conduta com a Promotoria, mas esta Casa tem que cumprir o papel dela. E o papel dela é analisar, ouvir todos os envolvidos, tomar ciência de como foi todo o processo que gerou esse projeto de lei. No meu ponto de vista, também, tomar conhecimento da posição dos envolvidos, das pessoas que vão ser contempladas ou não, ou obrigadas a pagar o que está determinado no projeto. Eu entendo que a gente tem que fazer uma avaliação bem criteriosa e aí tomar a decisão, o que for o melhor para o bem do município de Nova Lima. Volto a repetir, desde outubro a cidade de Nova Lima foi a



que mais demitiu no Brasil. Então, o problema vai além, vai muito mais longe do que a gente imagina”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu queria fazer coro com os dois colegas dentro do mesmo discurso porque eu também acho que... Eu conheço empresário que está aqui na plateia hoje, que vendeu uma casa por seiscentos mil reais, escriturada, ganhada no suor de muitos anos de décadas de trabalho para investir em um terreno que ele recebeu do município e para gerar diversos empregos, eu não sei quantos. E agora? Ele não tem condições de pagar isso em vinte e quatro meses. Ele vai perder a moradia dele? Vai perder o patrimônio dele? Os empregados dele vão ficar com as famílias expostas à miséria? Tem que ser levado em consideração sim. Digo mais, eu acho que se o nosso prefeito tivesse pulso que ele deveria ter, ele não teria assinado esse TAC sem discutir antes. O TAC cabia discussão antes de ele assinar porque ali está envolvendo muitas famílias. Coisa que não foi ele que cedeu, coisa que eu também não tiro a razão da Promotora, nem dele. Tem que moralizar a coisa sim, mas moralizar conscientemente. Eu também sou a favor de colocar todas as emendas cabíveis dentro do projeto antes de levá-lo para a votação”. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, eu me lembrei da outra emenda do vereador José Guedes. É que a Câmara contratasse um perito e estudasse caso a caso porque tem empresário que ganhou um terreno, na época, que o buraco era maior de que esse prédio aqui, e fez muro de contenção, gastou o seu dinheirinho lá, lutou, hoje está a sua fábrica funcionando. Então, que analisasse caso a caso, e alguns terrenos situados em Bicalho não são do mesmo preço que um terreno lá no Alphaville. E por aí em diante. Então, que a Câmara contratasse um perito e estudasse caso a caso desses dezesseis terrenos



que estão aí. A Câmara preocupadíssima com o futuro dos empresários e de seus familiares”. Requerimento aprovado por nove votos. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs requerimento verbal: “eu gostaria que esta Casa enviasse cumprimentos ao prefeito Cássio Magnani Júnior pelo Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade que ele recebeu no último dia onze de novembro, no Teatro Francisco Nunes, em que Nova Lima foi agraciada na categoria ‘Destaque Municipal’ como cidade modelo ambiental em função das políticas públicas locais em defesa do meio ambiente. Que nós enviássemos os cumprimentos ao prefeito pelo prêmio recebido”. Aprovado por nove votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, senhores vereadores, como hoje eu percebo que a reunião foi muito festiva, a gente homenageou, pediu Moção de Aplausos a vários atores da nossa cidade, então eu quero completar aqui, o União Social Esporte, da Bela Fama, foi campeão da série C. Eu gostaria que esta Casa enviasse uma Moção de Aplausos ao Rodrigo Emanuel que é Presidente do União Social Esporte, por ter conseguido esse feito, ser campeão da série C. Cumprimentar também o William Rafael que está ali atrás, ele é Vice-Presidente do União e, com certeza, trabalhou muito para isso. E com essa minha Moção de Aplausos, Senhor Presidente, eu acredito que a gente pode cumprimentar todos os atletas, todos os atores que trabalham para fazer o futebol acontecer em Nova Lima, tanto o futebol de campo quanto o futebol de quadra. Todas as pessoas que trabalharam para fazer o esporte de Nova Lima acontecer, a gente sabe que o esporte, do ponto de vista social, trás muitos benefícios para a sociedade e para a comunidade. Então, o meu requerimento é nesse sentido, que se faça essa Moção de



Aplausos ao União Social Esporte”. Aprovado por oito votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “a vereadora Ângela Lima, e hoje eu citei a vereadora Ângela Lima por várias vezes, pediu Moção de Aplausos para a nossa Administração, eu também faço isso com muito carinho, com muita alegria. Mas eu tenho dito sempre aqui que, quando é para aplaudir, a gente aplaude, e quando é para cobrar, a gente tem que cobrar e cobrar de uma forma respeitosa. Nós tivemos uma funcionária da prefeitura de Nova Lima que já prestou serviços para o município há anos, aliás, ela tem uma vida inteira de serviços prestados a esse município. Que foi tirada de seu cargo recentemente e, na minha opinião, de uma forma truculenta. De uma forma truculenta, eu acredito que não seja especificamente pelo prefeito porque, infelizmente, o prefeito ouve muitas coisas que são levadas para ele de forma maldosa, de forma a puxar daquele jeito rasteiro, de puxar o tapete das pessoas para fazer subir. Isso não é interessante. Então, Senhor Presidente, eu quero deixar claro aqui. Eu acredito que o prefeito tem todo o direito de tirar quem ele quiser do lugar e colocar quem ele quiser no lugar. O que não pode, de forma alguma, é as pessoas ficarem fazendo o que estão fazendo, especificamente, vou falar nomes aqui, com Andréa Félix. Uma pessoa querida na cidade. Andréa é uma pessoa que todo mundo gosta de Andréa. Onde você anda em Nova Lima, as pessoas gostam de Andréa, a família de Andréa é uma família querida na cidade, tradicional, das questões culturais do município. E aí, de repente, ela está trabalhando a política pública do idoso, todo mundo gosta de Andréa e gosta muito, não gosta pouco não. Andréa vai defender as questões das políticas públicas para o idoso em uma reunião e reclama, eu li a Ata, eu tive a oportunidade de ler a Ata, que eles



disseram que gravaram. Isso para mim é coisa de gente pequena, gravaram e foram levar para o prefeito. Eu li a Ata que está escrito lá. Ela reclama mesmo que os salgados foram poucos, que as coisas não estão do jeito que precisa ser. Eu acho que isso é papel de quem está defendendo o idoso, sabe? Eu penso que ela está no papel dela. Não acho que ela fez nada de errado não. E eu penso que o prefeito, sinceramente, podia ter chamado a Andréa, conversado com a Andréa. Não em consideração ao que ela fez, se foi... Isso eu posso dizer que foi errado. Eu acho que ele devia chamar a Andréa em consideração a tudo que a Andréa já fez por esta cidade. Não é por mim não. Porque eu conheço a Andréa de muito tempo, mas não vivo lá agarrado nela não. É o que a Andréa representa para a cidade de Nova Lima. É o que a Andréa já representou na Secretaria de Desenvolvimento Social com todo o trabalho que ela já desenvolveu lá. É o que a Andréa representa para a política do idoso, que foram vários e vários que trouxeram aqui para mim um manifesto, um abaixo assinado pedindo que não se fizesse isso com ela. Não foi ela que foi conversar comigo, Andréa não conversou isso comigo. Mas eu achei uma injustiça, eu quero deixar aqui manifestado que eu liguei para o prefeito várias vezes, infelizmente, com certeza ele nunca...”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “eu queria só compactuar dessa sua fala e dizer que eu também fiquei muito sentido com a posição do prefeito. Aliás, é a segunda vez que ele comete esse mesmo erro porque na hora de nomear, quem nomeia é ele, na hora de exonerar, ele manda os capachos dele exonerar. Andréa não foi recebida, aquela outra menina cabeluda da Habitação também não foi recebida por ele para ser exonerada. Eu acho isso uma falta de dignidade. Eu tentei interceder no dia, estava na Telha Norte, liguei



para ele, disse ‘vou passar aí porque eu quero conversar com você pessoalmente’. ‘Eu vou olhar aqui e te falo’. Não me falou nada, liguei para ele três vezes, ele não atendeu o meu telefone. Eu estava num dia antes da minha cirurgia. Eu poderia ter feito valer o meu direito de vereador, entrado lá naquele gabinete, se não quiser me receber, chama a Polícia, faz uma ocorrência lá e entro como fiscalizador porque eu tenho o direito. Ele tem que saber que é um dever dele receber o vereador. Ele não quis me receber para tratar desse assunto. Nem a mim, ele quis receber. Então, essas arbitrariedades têm que parar por aí. Se eu nomeio, eu demito. Eu não tenho que pedir Ângela, André, Fausto, José, para demitir para mim não. Isso é covardia”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “quero só concluir dizendo, mais uma vez, o prefeito tem todo o direito e nós não temos que interferir nas demissões ou admissões que a prefeitura faz. O que eu peço porque hoje está acontecendo com a Andréa, amanhã pode ser com qualquer um de vocês aqui. O que eu peço e o que eu espero é que as pessoas sejam respeitadas ao fazerem seus comentários, dizer que tem uma denúncia contra ela. De repente, que denúncia é essa? ‘Ah, a denúncia é que ela falou que o salgado que colocaram lá foi pouco’. Isso é uma denúncia séria? Porque uma denúncia é se ela maltratou um idoso, ela está em uma política, ela não está indo ao serviço; a denúncia séria, para mim, é nesse sentido. Tirando isso, qualquer denúncia diferente disso é puxar o tapete das pessoas e isso, sinceramente, é muito feio, nós temos que acostumar e conviver com isso, mas que é horrível, é, Senhor Presidente. Fica aqui o meu manifesto. Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado a todos que me ouviram”. O vereador José Guedes disse: “a Andréa, realmente, é uma grande funcionária, uma pessoa que cuida



do idoso como se estivesse cuidando de seu filho. Eu também fui procurado por algumas pessoas que trabalham com ela, e mostrando para mim o trabalho de Andréa. Agora, na prefeitura, o prefeito Cássio tem que tomar certas providências porque serviço público, na maioria das vezes, é uma fofocaiada danada. Eles querem, de toda maneira, pegar algumas pessoas, o cargo de quem está ocupando, isso é o tempo todo. Então, eu conheço a Andréa há muitos anos, sei da sua capacidade, não estou aqui puxando o saco dela, ela não me pediu nada, ela não me procurou. Algumas pessoas me procuraram para defendê-la e chegou a oportunidade. O Cassinho tem que investigar certas pessoas na prefeitura. Quantas vezes um vereador fala uma coisa aqui e uns puxa-sacos vão lá e contam a história de outro jeito? E os jornais covardes, o vereador fala uma coisa aqui, os caras vão lá e enchem a cabeça de Cassinho. Eu tenho certeza absoluta que todas as reuniões levam para ele as coisas ao contrário. Aí começa a perseguição em cima do vereador como fizeram com a Andréa. Falar que o salgado foi pouco, isso é coisa ridícula. Ela tem o direito de falar sim. Ela tem o direito porque o idoso merece o respeito”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “eu só quero completar a fala porque tanto a Andréa quanto essa pessoa que entrou no lugar dela, eu conheço as duas. Essa pessoa que entrou lá, trabalhou no participativo do governo passado e não participou de nada, de nada dessa cidade, de absolutamente nada. E até isso eu falei com o prefeito, mas ele entende que tem que ser do jeito que ele quer. Eu acho isso um absurdo. A Andréa mexe com pessoas de cinquenta e cinco a noventa, até cem anos de idade, ainda tem gente lá trabalhando com ela, que dependem do carisma, do carinho que ela tem com essas pessoas. Isso tinha que ser levado em consideração,



gente, isso tinha que ser levado. Eu acho o cúmulo da falta de respeito quando ele demite as pessoas dessa forma porque demitir é muito simples. Ontem mesmo eu fiz uma demissão no meu gabinete. Eu estou todo costurado de cirurgia, mas eu vim aqui e disse ao rapaz ‘olha, eu vim aqui para te demitir, para não ser covarde com você, eu quero te demitir olhando nos seus olhos porque fui eu que te chamei, é eu que tenho que te demitir’. Que faça isso, a pessoa sai pelo menos mais valorizada. Mas está fazendo essas coisas aí, as pessoas acham que são cachorro. A Andréa está se sentindo menos que um cachorro, eu conversei isso com ela. E uma pessoa que tem uma história que ela tem na nossa cidade, é brincadeira, não?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio falou: “só lembrando aqui, o Gilson falou do orçamento participativo, e o orçamento participativo... O orçamento está na Casa, eu não vejo a coordenadoria do orçamento participativo em nenhuma comunidade, fazendo nenhum trabalho. Eu fico bobo com esse orçamento participativo. É uma coordenadoria que eu não entendo, viu vereador?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “ infelizmente, não existe, não é? E eu quero fazer coro à fala dos vereadores e, apesar de já ter passado o momento de requerimentos, que a gente fizesse uma Moção de Aplausos pelo trabalho que a Andréa realizou e eu tenho certeza de que vai realizar no município de Nova Lima”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “Senhor Presidente, é só falar sobre esse assunto da Andréa. Eu já ia levantar esse assunto na semana passada, até pensei que fosse ser levantado na semana passada, mas eu entendo que, como eu, todo mundo imaginou que pudesse ser solucionado, não é, diante de tantas manifestações. Mas eu queria pegar uma carona aqui na fala do vereador Coxinha, que volta àquela velha história, tem tanta



coisa dando errado e que não se mexe, e aquilo que está dando certo, eles vão lá e mexem. Porque a Coordenadoria do Idoso, eu não vou generalizar aqui, mas é uma das poucas que funciona, e funciona por causa da competência de quem estava à frente. Aí, vai lá e mexe justamente por causa de picuinha, aí é difícil”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “só para completar minha fala, quando falou de participativo, me despertou o interesse de falar mais alguma coisa. O participativo que tem hoje nessa prefeitura participa tanto, mas tanto, que a nossa prefeitura parou todas as obras de suma importância para essa cidade por falta de recursos. Quanto é que custa esta Secretaria de Participação que não participa de nada? Quanto é?”. O vereador Leci Alves Campos falou: “o vereador André fez uma observação muito pertinente, é que as poucas coisas que estão dando certo está se mexendo nelas. Um exemplo é a Secretaria de Cultura. Ela tem um projeto no bairro Cabeceiras, quem já teve oportunidade de conhecer, chama Centro de Atividades Culturais Cabeceiras. Um projeto maravilhoso, ele atinge toda a parte cultural, seja na dança, na música, na arte. E foi fundada, criada e organizada pelo funcionário Ronan Moreira, no entanto, ele foi exonerado. Então, a gente fica sem saber, não é? Será que, às vezes, porque está dando certo é que tira? De repente é isso, a estratégia é essa. E para completar aqui, hoje a fala do André está comungando com minhas ideias, ele citou um exemplo aqui hoje de uma lei que ele está controlando a desmobilização de eventos, inclusive com prazo e aplicação de multa. Eu não me recordo, senhor vereador, onde que tem tenda, o senhor me disse? O senhor disse aqui, onde tem tenda?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva respondeu: “no Espaço Cultural, há mais de um mês”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “que bom que



lá tem tenda porque a festa de Santa Luzia que é em um dia que chove, a prefeitura negou tenda. Engraçado que a prefeitura negou a tenda alegando que não tem dinheiro. Quem sabe o dinheiro dos empresários vai ajudar a prefeitura, não é?”. Requerimento aprovado por nove votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, na verdade eu ia fazer este requerimento ainda na semana que vem, mas como o nobre vereador Alessandro Luiz Bonifácio tocou no assunto, e é um assunto importante, eu penso que o clima está propício para isto. Eu gostaria de solicitar da Administração que nos encaminhasse um relatório referente aos serviços prestados pelo Orçamento Participativo de Nova Lima. Quanto foi, realmente, gasto na Coordenadoria de Orçamento Participativo. Eu gostaria que encaminhasse para a Câmara quanto foi gasto com a Coordenadoria de Orçamento Participativo e, principalmente, quais foram os resultados trazidos para a cidade com aquela Coordenadoria porque eu tenho notícia, e são muitas no meu gabinete, que não acontece exatamente nada saindo especificamente da Coordenadoria de Orçamento Participativo. Eu gostaria de fazer este meu requerimento e que o prefeito, através da nossa nobre vereadora, de fato, encaminhasse para esta Casa estas informações que são importantes para o nosso trabalho de fiscalização do governo”. Aprovado por nove votos. O Senhor Presidente disse: “antes de eu encerrar só vou falar três palavras da Andréa, quem perdeu foram os idosos, quem perdeu foi o município. Uma grande funcionária que exoneraram e eu tenho absoluta certeza de que ela não perdeu nada porque ela é uma pessoa que... Eu acho que puseram ela em outra posição no município ou saiu do município? Nem sei. Foi rebaixada, vamos dizer assim. O vereador Leci falou certo,



aqui o certo é que é o errado. Rebaixou ela, não foi?”. O vereador Gilson Antônio Marques informou: “a mim ele disse que ela poderia ficar lá sem o cargo”. O Senhor Presidente afirmou: “mas quem perdeu, de fato, nisso foi o idoso e o município. E é uma pessoa excelente, trabalhadeira, capacitada, competente. A política muda, um dia ela volta”. O vereador Leci Alves Campos falou: “Senhor Presidente, só para completar o que o Senhor disse com a perda. Com relação à Andréa, a prefeitura teve uma perda financeira, porque? Porque ela é apostilada, ela já recebe como coordenadora e não vai atuar como coordenadora. E foi contratada outra pessoa para ser coordenadora. Então, a saída dela ainda tem uma perda financeira para o município”. O Senhor Presidente indagou: “e quem está ligando para isso?”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “e depois demite um pai de família com trinta meninos para criar”. O Senhor Presidente perguntou: “e quem está ligando para isso?”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____